

A BATALHA

DIÁRIO DA MANHÃ

Redactor principal—CARLOS JOSÉ DE SOUSA

Propriedade da Confederação Geral do Trabalho

Editor—Carlos Maria Coelho

PORTA-VOZ DA ORGANIZAÇÃO OPERÁRIA PORTUGUESA

Aderente à Associação Internacional dos Trabalhadores

ANO VI—Número 1725

Quinta-feira, 10 de Julho de 1924

PREÇO — 30 CENTAVOS

Redacção, Administração e Tipografia

Calçada do Combro, 38-A, 2.º — Lisboa — PORTUGAL

TELEFONE—5339-G

Officinas de impressão—Rua da Atalaia, 114 e 115

As «fôrças vivas» servem-se dos políticos para conseguir do Estado um regime de favor que lhes permita enriquecer, esfomeando o país.

AS GRANDES QUESTÕES DO MOMENTO

APRECIADAS PELO DR. SR. RAMADA CURTO

Os crimes de Silves e dos Olivais. A policia que mata e fere e a atitude da imprensa republicana, ontem e hoje
O povo não possui o sentimento católico. A Universidade de Coimbra tem de ser dissolvida porque se converteu num coio reacccionário. A questão económica. O caso da prata.
A incompetência das fôrças vivas e a subserviência dos políticos. Uma riqueza que é uma ruina
E' preciso sacrificar às necessidades da multidão os interesses ilícitos duma minoria que amassou uma fortuna que é uma iniquidade!

O dr. sr. Ramada Curto é uma figura marcante da politica e das letras, que em quasi todos os grandes acontecimentos se tem affirmado. E' o rebelde de Coimbra, o estudante expulso da Universidade na memorável greve académica de 1907, o audaz demolidor da monarchia cujo processo politico fez em rajadas eloquentes, em ironias vingadoras e em sátiras felizes. Mais tarde desfaiz a reputação da posiga e grotesca cordialidade do Bernardino Machado, coloca-se em opposição à ditadura de Sidónio Pais e adere ao Partido Socialista após a derrota monarchica de Monsanto. Embora a sua acção politica nunca tenha estado de accordo com os nossos ideais e com os nossos métodos de acção, é nesta terra, intellectualmente alguém—e com desassombro critica o momento politico e económico. Essa razão nos leva a ouvir aquelle que é hoje uma das figuras da maior preponderancia no velho partido socialista.

A conversação iniciou-se com os trágicos fusilamentos dos Olivais e com o odioso crime de Silves. Foram estas as primeiras declarações do nosso entrevistado: —O partido socialista não ficou indifferente perante esses acontecimentos. Reclamou um inquérito e pôz à disposição do operariado, para o que fosse necessário, os advogados que nelle estão filiados.

—O acontecimento dos Olivais? —O meu companheiro, dr. Amâncio de Alpoim appreciou-as com tal independencia e desassombro, discursando numa festa socialista ali para a Graça, que foi para o governo civil, sob prisão. No dia seguinte, em diante dum auditorio numeroso, repeti as afirmações dele, com o desassombro e independencia que me são peculiares.

—A sua opinião? —Quero mais claro? Não se fez o relatório da autopsia das victimas, não se abriu um inquérito, não se deu a opinião pública uma única satisfação. Não me repugna, apesar de não ter ouvido nenhuma das testemunhas oculares, aceitar a opinião, bastante generalizada, de que tudo se passa como a Batalha relieru.

—O caso de Silves? —E' para estraphar a indifferença e o sossêgo em que tudo ficou depois desses acontecimentos, mau grado o desenvolvimento da organização operária... A sensibilidade colectiva embotou-se. Pareceu tudo ter retrogradado... Pior do que na monarchia! Andei envolvido nas zaragatas republicanas e, nesse tempo, a policia dava pranchadas e na última extremidade. Hoje a policia não distribui pranchadas, dispara tiros. Nesse tempo fez-se um grande ruido com as célebres manifestações de 4 de

Maio, porque a policia disparou alguns tiros, em resposta a uma massa de povo que sobre ella desfechava.

O sr. dr. Ramada Curto, após uma ligeira pausa, continua recordando: —Uma vez houve tumultos em Cezimbra, fusilaram-se dois pescadores. Foi grande a indignação. A imprensa republicana, appareceu enlutada, tarjada de negro. Rafael Bordalo Pinheiro desenhou na «Paródia» uma página de grande e inspirada beleza: uma varina, apregoava, chorando: «Sardinha de Cezimbra, mortinha da costa!» Hoje tudo se consente. Até se transformaram policiaes em inquisidores sumários e analfabetos!

A conversa derivou para o Congresso Eucaristico, para a parada católica de Braga, a que os jornais affectos emprestaram, em grandes letras o número sensacional de 200.000 pessoas. Irreverente o dr. sr. Ramada Curto, comenta:

—Não me impressionou. Em Portugal, o sentimento católico não existe. Transigindo um pouco, com alguma benevolência, concedendo em afirmar a existência em Portugal duma espécie de paganismo catolizante. Posso garantir-lhe que se levasse ao Minho a imagem do dr. Afonso Costa, com uma corôa, às três pancadas na cabeça, arranjava-se uma manifestação de assombro! Onde haja festa, seja com a imagem da Mãe de Deus ou do divino dr. Afonso Costa, consegue-se sem difficuldade, uma extraordinária aglomeração humana.

—Não cre, pois, numa efervescência de fé católica? —Na Páscoa, ha muita gente que gosta de sair à rua e comprar amêndoas. Vão às igrejas? Pois que vão e com toda a liberdade. Eu mesmo não me importaria de lá ir...

—Iria lá se a minha presença não fosse facilmente notada. Eu lhe digo: as igrejas têm lumes, um «cheirinho» a incenso, metem musica... E' um espectáculo agradável, melhor mesmo que o dos teatros. Bem interpretado, talvez melhor interpretado e mais barato. Além disso—gratuito!

—As igrejas são quasi todas abobadadas assegurando neste tempo de canícula uma atmosfera agradável, uma temperatura consoladora... Está-se lá tam bem. Como lhe digo, se pudesse, ia por lá, de boa vontade, repeti das vezes. E nestes últimos dias sempre tem feito um calor...

—A tese «Lourdes e a Medicina»? —Não tem valor nenhum scientifico. Estou daqui a ver os ares superiores que os lentos tomaram para di-

zer «um bacharel em direito a discurrir sciencial» Mas, a tese sciencialmente, nada vale. Não passa duma mísera apologetica do catolicismo milagreiro, de reclame à gruta. Era de esperar que ella apparecesse pois que tinha observado a existência dum pululamento de Pasteurs de via reduzida, de admiráveis «coca-bichinhos...» A Universidade, aprovando a tese, veio revelar-nos um perigo...

—... que... —... assume um aspecto de profunda gravidade. Perigo que só medidas violentas podem eliminar.

—A Universidade de Coimbra?

—Tem de ser dissolvida. E' inimiga da república, e o que é pior, nefastamente contrária ao espirito do século. E' um coio de reacccionários que precisa de ser extirpado. Imagine que a maioria dos professores serve fielmente a politica ultramontana da igreja, e a maioria dos estudantes está agrupada em instituições nitidamente reacccionárias. A manha desses «meninos» na *soi disant* vida prática, aderem à república, são deputados, ministros, e em caso de necessidade, são radicais.

A Faculdade de Letras, está também nas mãos dos reacccionários e ela, como sabe, habilita ao ensino secundário. Depois da aprovação da tese «Lourdes e a Medicina, em que se deu ao milagre foros scienciales, só há um caminho a percorrer: dissolvê-la depressa e sem contemplações.

«Quanto à embaixada no Vaticano, é bom não esquecer que ella foi instituída pela idiôcia e nauseante subserviência de Sidónio Pais...»

O nosso entrevistado passa a aludir às realidades económicas. Apprecia de passagem, nestes termos, o caso da prata:

—E' uma das maiores fumisteries que eu conheço. A venda da prata devia ter-se feito já em 1920 ou em 1923, como medida útil, aproveitando a alta desse metal. Pois as *carpideiras* que querem mais notas fizeram o barulho que todos nós vimos.

—As chamadas «fôrças vivas»?

—Têm a pretensão estulta de governar directamente o país, elas que são compostas, na sua maioria, por pessoas ainda mais incompetentes do que os políticos, o que parece incrível...

—Os comerciantes...

—... descompõem os políticos em abjurgatórias sem gramática, porque tendo-lhes este feito, servilmente, 99 favores, não podem sob pena de isto ir tudo para o charco, fazer-lhes os 100, e prolongar-lhes a vida ficticia com novas notas.

—Contudo elles inculcam-se capacidades administrativas.

—Esses senhores que dirigem Bancos em crise, que presidem a Companhias que são verdadeiros *vigários*, amanhã entregues às suas próprias fôrças, deixando o Estado de lhes dar servilmente dinheiro, iriam para o fundo como o macaco.

—Trata-se duma crise geral da industria, da banca e do comércio?

—Não. Trata-se antes duma crise necessária, salutar, redentora da economia nacional, de certos commerciantes, de certos commerciantes, de certos industriaes o de certos banqueiros.

—Uma industria...

—... que vive da pauta e dos câmbios...

—... um comércio...

—... e uma banca, que vivem da inflação fiduciária e da jogatina cambiária ou morrem ou matam o país.

—Haveria a *chomage*...

—A *chomage* dos trabalhadores, se vier a dar-se—e já se está dando—deve ser um encargo obrigado e directo do Estado, como em Inglaterra.

—Mas...

—... não prolonguemos o artificio. Olhe agora o caso dos tecidos de algodão. Essa industria organizou-se em vista da exportação e do contrabando para Espanha. Os industriaes hespanhóis protestaram, e Primo de Rivera fez um cordão sanitário na fronteira gallega. Acabou-se-lhes a marmelada. E como estão cheios de dinheiro e não querem baixar os pregos no mercado interno, já organizaram o *trust* algodoeiro no Porto e os operários trabalham 3 e 4 dias por semana. Todavia, as posetas não saíram de Espanha à ordem dos seus felizes donos...

—E que solução pecuniária para se sair d'este *impasse*?

—Provocar a crise. Acabar com esse artificialismo duma riqueza—que é uma ruina. Com os olhos postos nas necessidades das multidões, sacrificar impiedosamente os interesses das minorias.

—Esse sacrificio?

—Podia resumir-se em muitos deixarem de ter automóvel, frequentar restaurantes caros, ter amantes dispendiosas... Durmam com suas mulheres, coitadas, que não têm culpa de ser feias!

Numa fórmula: chamar ao Estado os organismos financeiros da «Nação», intervir no mesmo sentido, naquellas industriaes que representando riqueza, tal como funcionam, representam ruina e iniquidade.

A AMNISTIA ESPANHOLA

FOI DAS MAIS AMPLAS QUE SE TEM REGISTRADO NO PAÍS VIZINHO

João Acher, salvo da morte, Mateu e Nicolau sofrem redução nas suas penas, Miguel Unanuno livre do desterro

A noticia da amnistia que o Directório propoz e Alfonso XIII assinou, causou nos meios operários certa sensação. Algumas dezenas de camaradas, condemnados a morte uns (como João Acher), desterrados outros como o dr. Pedro Vallina, vieram beneficiar desta amnistia que acaba de ser concedida em Espanha.

Estão salvas algumas vidas, encurtadas algumas penas, alegres alguns lares que esperam ansiosamente o regresso dos chefes de família que arrastam a sua dor e a sua miséria no desterro.

Entretanto, se por um lado esta noticia causa alegria em todo o mundo operário e intellectual, tam indigno do contra se perseguiram a Miguel Unanuno e outros escritores e jornalistas, por outro lado não desperta gratidão, nem simpatias para com Primo de Rivera que longe de pretender assumir uma attitudde de justiça, apenas quis com essa amnistia salvar o general Berenguer, condemnado ha pouco pelos tribunales espanhóis, por ter sido duma incorrecção, infamia e cobardia tam grandes, em Marrocos, que permitiu o desastre do

Annal, onde pereceram milhares de espanhóis sob a metralha dos mouros. O Directório Militar não quiz salvar centenas de criaturas que injustamente perseguia, quiz apenas salvar Berenguer que tem a pesar-lhe na consciência a morte de alguns milhares de homens. O real decreto abrangeu com amnistia os condemnados por delitos de imprensa; delitos incursos na lei eleitoral; pequenos delitos militares; condemnados a morte; desterrados, etc. De alguns condemnados que beneficiaram da amnistia, vamos citar os nomes: João Bautista Acher «El Poeta», cuja condemnación a morte trazia alarmado o mundo operário. Miguel Unanuno, o maior escritor da Espanha contemporânea, cujo desterro por delitos de imprensa, havia levantado protestos dos intellectuaes de todos os países; ainda por delitos de imprensa Rodrigo Soriano, Angel Pestini, Angel Samblancat, Eusebio C. Carbó, Restituto Mogrovejo, Salvador Coreton, Tomás de la Llave, David Ruy, António Amador, Manuel Buenacasa, Nunez de Arenas, Torralba Ben, Joaquim Mauria,

NA ITALIA FASCISTA

A opposição contra Mussolini

ROMA, 9.—Affirma-se que na reunião do directório do partido fascista realizada brevemente ficará resolvido em definitivo uma nova e larga recomposição ministerial, que se effectará nas vésperas da reabertura do Parlamento. Entretanto, as opposições trabalham para uma acção comum, admitindo-se a hipótese de constituição dum forte bloco parlamentar, compreendendo socialistas unitários, maximalistas, republicanos, democrata-socials e populares, bloco que aspirará a governar dentro dum curto prazo, talvez antes da annunciada recomposição do gabinete de Mussolini.

Fidalgos batoteiros

ROMA, 9.—Foram passados mandados de captura contra os príncipes Pi-emelli, Anticci e Matrici, marques de Torelli e Renato Rossi, todos implicados num formidável escândalo de tavelagem. amnistia aos militares presos por pequenos delitos foi necessário, depois de grande ceulema reunir especialmente o Congresso do República, que a votou não por vontade, mas cedendo à pressão enorme da opinião pública. Os chamados delitos sociais têm recebido dos nossos governantes o mais absoluto desprezo. As prisões encontram cheias de operários sem que haja uma razão forte, um facto importante que o justifique. Quando se resolverem os governantes portugueses a provar que realmente têm um espirito mais liberal do que os reacccionários da monarchia católica Espanhola?

Secretariado Nacional de Assistência Juridica e de Solidariedade

Consultas na Zona Norte

Hoje, pelas 21 horas, na sede da U. S. O. do Porto, effectua as consultas juridicas, o advogado d'este conselho, sr. Campos Lima, sendo necessária a apresentação da caderneta confederal a quem pretenda aproveitar-se das mesmas.

Um apêlo da U. S. O. do Porto ao operariado daquela cidade

A comissão pr-áuxílio e a Batalha e à família das victimas dos acontecimentos ocorridos nos Olivais e Silves, que diariamente tem reunido, constando que no último sábado inúmeros foram os camaradas que à sede desta União vieram trazer um quarto de salário diário, conforme foi por esta comissão resolvido, deliberou fazer novo apêlo ao operariado da cidade do Porto, para que no próximo sábado continue contribuindo da mesma forma, demonstrando assim o espirito de solidariedade que anima e norteia o povo trabalhador desta cidade. Até esta comissão tem chegado o produto conseguido pelas sub-comissões que no próximo domingo percorreram varias artérias da cidade, produto esse verdadeiramente lisonjeiro que bem deva estar a disposição em que todos os operários se encontram de auxiliar a missão para que esta comissão se encontra nomeada.

O Sindicalismo e as juntas sindicais

A criação das juntas sindicais, ou a sua incorporação na organização operária, supõe um objectivo revolucionário—primeiro o estudo dos vários problemas de carácter social a resolver após a socialização das industriaes, depois a coordenação da produção e do consumo numa base racional económica. As juntas sindicais, abrangendo os individuos, que agrupam por bairros ou freguezias, considerando neles, principalmente, a sua qualidade de consumidores.

A vida económica, tal como nós os libertários, a concebemos, deve subordinar-se ao consumo, procurar atender as necessidades de todos. Realizada, a produção é destinada ao consumo, pertencendo aos consumidores. Os próprios meios de produção, os utensílios, os maquinismos, as matérias-primas a serem desperdiçadas, nos

judicam, evidentemente, os consumidores, que têm todo o interesse na sua vigilância e conservação. Portanto, parece-nos evidente que, socializada a terra, as fabricas, o ensino, os museus, tudo isso deve ficar na posse de toda a colectividade e não de cada classe, que se tornaria privilegiada, sendo susceptível de especular com a sua situação excepcional. Tudo é de todos. A terra não é apenas do cultivador que a cultiva, mas, igualmente, do consumidor, a que se destinam os seus produtos. A organização operária e industrial, num país comunista libertário, com toda a propriedade socializada, deve, pois, ter estes dois grandes aspectos: um corporativo, para a organização do trabalho e a defesa do trabalhador quanto à sua hygiene, métodos de produção, técnica, etc.; outro, patrimonial, da riqueza pública, com um carácter mais geral, em que o cooperativismo inteiramente se

